

# Arquivos e educação patrimonial

## Ações de difusão e construção de laços identitários com a Mata Atlântica

Archives and heritage education: dissemination actions and the construction of identity bonds with the Atlantic Forest / Archivos y educación patrimonial: acciones de difusión y construcción de lazos identitarios con la Mata Atlántica

### André Benaquio Galvão

Licenciado em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Bolsista do Programa de Capacitação Institucional no Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), Brasil.  
galvao.ab@gmail.com

### Marina Fonseca Lima

Mestra em Sociologia pela Universidade da Beira Interior (UBI), Portugal. Bolsista do Programa de Capacitação Institucional no Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), Brasil.  
mfonseca021@gmail.com

### Lucas Erichsen

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista do Programa de Capacitação Institucional no Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), Brasil.  
lucasviniciuserichsen@gmail.com

### Alyne dos Santos Gonçalves

Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Pesquisadora do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), Brasil.  
alyne.goncalves@inma.gov.br

## RESUMO

O artigo discute educação patrimonial e difusão de arquivos como referenciais para analisar a estruturação do Arquivo de História da Ciência do Instituto Nacional da Mata Atlântica (AHC-INMA). Apresenta o percurso de organização do acervo, ações educativas já realizadas e desafios para consolidar seu núcleo educacional. Por fim, reflete sobre suas possíveis contribuições para a construção de memórias locais, vínculos identitários e valorização da Mata Atlântica como patrimônio natural brasileiro.

*Palavras-chave:* história da ciência; história ambiental; arquivos pessoais; educação patrimonial; Mata Atlântica.

## ABSTRACT

The article discusses heritage education and archive dissemination as frameworks to analyze the structuring of the Science History Archive of the National Institute of the Atlantic Forest (AHC-INMA). It presents the process of organizing the collection, the educational actions already undertaken, and the challenges in consolidating its educational nucleus. Finally, it reflects on how the archive can contribute to local memories, identity bonds, and the valorization of the Atlantic Forest as Brazilian natural heritage.

*Keywords:* history of science; environmental history; personal archives; heritage education; Atlantic Forest.

## RESUMEN

El artículo discute la educación patrimonial y la difusión de archivos como marcos de referencia para analizar la estructuración del Archivo de Historia de la Ciencia del Instituto Nacional de la Mata Atlántica (AHC-INMA). Presenta el proceso de organización del acervo, las acciones educativas ya realizadas y los desafíos para consolidar su núcleo educativo. Finalmente, reflexiona sobre cómo el archivo puede contribuir a las memorias locales, los vínculos identitarios y la valorización de la Mata Atlántica como patrimonio natural brasileño.

*Palabras clave:* historia de la ciencia; historia ambiental; archivos personales; educación patrimonial; Mata Atlántica.



## Introdução

O Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) é uma instituição precursora na guarda de arquivos sobre história da ciência e conservação da Mata Atlântica, por meio da captação e organização de documentos produzidos ou mantidos por cientistas e conservacionistas (Gonçalves, 2023). Até o momento, a instituição é responsável pela guarda dos arquivos pessoais de pioneiros da conservação, como Augusto Ruschi, Ademar Coimbra-Filho, Alvaro Coutinho Aguirre, Ibsen de Gusmão Câmara e Alceo Magnanini, além do arquivo institucional do Museu de Biologia Professor Mello Leitão.

O Arquivo de História da Ciência do Instituto Nacional da Mata Atlântica (AHC-INMA) começou a ser estruturado em 2018. Embora recente, ele já vem contribuindo para pesquisas em história das ciências e história ambiental do Brasil. Para além de preservar, organizar e disponibilizar essas fontes documentais, o AHC-INMA também tem investido em ações de difusão dos arquivos para um público mais amplo, não especializado, por acreditar que eles constituem um importante bem científico e cultural a ser desfrutado por toda a sociedade (Gonçalves, 2023). Uma das formas de viabilizar o acesso público a esse patrimônio é a ludicidade, isto é, a incorporação de metodologias dinâmicas e prazerosas nas ações dos museus e instituições mantenedoras, a fim de ampliar o contato entre o cidadão e sua herança cultural (Bellotto, 2006).

Atualmente, esse tipo de reflexão é sistematicamente abordada por estudos sobre educação patrimonial (EP). Segundo Cabral (2004), a EP compreende ações pedagógicas práticas, interativas e dialógicas para a cidadania, formadoras de indivíduos críticos, criativos e autônomos, capazes de agir no seu meio e transformá-lo. Trata-se de pedagogia como compromisso político e social. Tolentino (2016) e Scifoni (2017) vão além, argumentando que indivíduos críticos e autônomos são formados não a partir do contato com o patrimônio cultural já constituído e institucionalizado, mas antes, no processo de questionamento daquilo que é dado ou naturalizado como bem cultural e, eventualmente, desconstruindo essas noções e patrimonializando objetos ou processos representativos, que façam mais sentido para os grupos sociais aos quais pertencem.

Assim, a EP feita com arquivos históricos pode enriquecer o processo educacional. Essa abordagem não apenas amplia o acesso ao patrimônio cultural, mas também promove uma compreensão mais profunda e pessoal da história e da cultura. Segundo Bellotto (2006), ao tornar os arquivos mais acessíveis, a difusão contribui para a democratização do conhecimento e fortalece a conexão entre as gerações presentes e passadas. O investimento na publicização dessas fontes documentais é, portanto, estratégia prioritária para

que a sociedade valorize, se aproprie desse patrimônio (Cabral, 2012) e contribua para a sua construção, tendo em vista que a EP deve se pôr como um instrumento de problematização das narrativas hegemônicas e de fortalecimento das identidades locais, com os sujeitos protagonistas da sua história e memória (Tolentino, 2016; Demarchi, 2018).

À luz das contribuições teórico-metodológicas de pesquisas sobre EP e difusão de arquivos, este artigo discute o processo de estruturação do AHC-INMA, bem como as atividades de difusão já realizadas, refletindo sobre suas potencialidades e dificuldades, de forma a contribuir com a estruturação do núcleo educacional do referido arquivo. Além disso, analisamos como o AHC-INMA pode contribuir para a construção de memórias locais e o fortalecimento de laços de pertencimento social e afetivo à Mata Atlântica, tendo em vista que o bioma é considerado patrimônio natural brasileiro pela Constituição Federal de 1988.

Para tanto, a presente pesquisa se estrutura a partir de uma revisão bibliográfica (Gil, 2017) relacionada à educação patrimonial e à difusão de arquivos, entendidas como referenciais para analisar o caso do arquivo em tela. A busca inicial foi realizada no Portal de Periódicos Capes (sem acesso CAFe), em janeiro de 2024, utilizando os descritores “educação patrimonial” e “arquivo”, sem recorte temporal. Foram encontrados 36 trabalhos de 2011 a 2023; após curadoria, que excluiu repetições, artigos em língua estrangeira, resenhas e textos alheios à temática, restaram 16 artigos.<sup>1</sup> Esses trabalhos foram analisados, com foco nas relações estabelecidas entre arquivos e práticas educativas.

Em seguida, realizamos leituras e debates sobre “memória” e “identidade”, dois conceitos caros e bastante explorados pelas ciências humanas, cuja força política para mobilizar ideias e sensibilidades nos ajudou a pensar nas potencialidades educativas e nos desafios estruturais enfrentados pelo AHC-INMA em sua missão de estabelecer pontes entre documentos históricos e pessoas, em prol da Mata Atlântica. Esses debates foram realizados no grupo de pesquisa História, Patrimônio e Cidadania, um espaço de diálogo acadêmico que, como veremos adiante, foi criado justamente para viabilizar o cumprimento dessa difícil e empolgante missão.

---

<sup>1</sup> Os 16 artigos selecionados para compor a revisão bibliográfica foram: Alves; Brando; Menezes (2015); Biazzetto (2013); Calil; Perez (2015); Cavalheiro (2018); Garrido (2022); Jaccoud; Senna (2017); Koyama (2012, 2016); Machado Vieira et al. (2021); Martendal; Lemos; Ventura (2017); Moura; Vaisman (2017); Oliveira (2022); Parrela (2015); Rodrigues; Gomes (2021); Silva; Gomes (2023); Vieira; Silva (2014).

## Educação patrimonial, arquivos, memória e identidade – reflexão

As funções de arquivos são variadas e abrangem diversas áreas de atuação, refletindo a sua importância como espaços de memória, informação e patrimônio cultural (Biazzetto, 2013; Vieira; Silva, 2014; Alves; Brando; Menezes, 2015; Calil; Perez, 2015; Rodrigues; Gomes, 2021; Silva; Gomes, 2023). Eles desempenham um papel crucial na sociedade, tanto para a administração pública e privada quanto para a pesquisa acadêmica e o exercício da cidadania (Biazzetto, 2013; Vieira; Silva, 2014; Alves; Brando; Menezes, 2015; Rodrigues; Gomes, 2021).

Os arquivos possuem algumas funções primordiais que os caracterizam como instituições de guarda. A primeira diz respeito à custódia e à preservação de documentos, uma vez que são responsáveis por seu recolhimento e integridade física. A segunda remete à organização e ao tratamento documental, dando ordem e lógica aos agrupamentos documentais de acordo com princípios arquivísticos. A terceira função está atribuída à garantia de acesso à informação, tanto para fins administrativos e legais quanto para a pesquisa (Bellotto, 2000; Bellotto, 2004; Alves; Brando; Menezes, 2015; Duff, 2016; Jaccoud; Senna, 2017; Moura; Vaisman, 2017; Rodrigues; Gomes, 2021; Silva; Gomes, 2023).

Uma nova atribuição dada aos arquivos e que vem sendo debatida na literatura é a função educativa. Os arquivos têm um papel importante na educação, tanto formal quanto não formal (Bellotto, 2006; Biazzetto, 2013; Alves; Brando; Menezes, 2015; Martendal, Lemos, Ventura, 2017; Jaccoud; Senna, 2017; Moura; Vaisman, 2017; Cavalheiro; 2018; Rodrigues; Gomes, 2021; Oliveira 2022). Através da EP, os arquivos, como bens culturais, podem ser utilizados como instrumentos de ensino-aprendizagem, promovendo o conhecimento sobre a história e o patrimônio cultural. Além da atuação para o ensino, os arquivos e seus documentos também atuam na formação de professores, integrando cursos de formação continuada e capacitação de oficinairos para atuar como mediadores do conhecimento histórico e científico (Calil; Pérez, 2015). Ademais, a articulação com universidades da região onde estão instalados pode contribuir na formação inicial de professores e outros profissionais da área.

A educação com arquivos em espaços não formais pode ser feita por meio de oficinas, visitas guiadas, exposições, além de outras atividades educativas (Vieira; Silva, 2014; Alves; Brando; Menezes, 2015; Parrela, 2015; Moura; Vaisman, 2017; Garrido, 2022). Nos espaços formais de educação, como é o caso das escolas, pode auxiliar nas aulas de história, permitindo que os alunos manipulem fontes primárias sobre a história da sua cidade, região e cultura (Rodrigues; Gomes, 2021; Oliveira 2022), bem como em atividades interdisciplinares envolvendo

componentes curriculares das ciências/biologia, língua portuguesa, sociologia, educação física, entre outras disciplinas (Machado Vieira et al., 2021; Garrido, 2022). Os projetos de extensão são outro exemplo de como os arquivos podem atender a demandas de escolas (Biazzetto, 2013) e da educação especial e inclusiva (Calil; Perez, 2015). Complementarmente às atuações presenciais, a produção de conteúdos digitais amplia o alcance e a difusão do patrimônio arquivístico (Koyama, 2012; 2016; Jaccoud; Senna, 2017;).

No Brasil, uma das principais referências teórico-metodológicas que subsidiam o uso da EP no contexto educacional é o *Guia básico de educação patrimonial* (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). Contudo, esse material deve ser utilizado de maneira crítica. Autores como Tolentino (2016), Scifoni (2017) e Demarchi (2018) revelam importantes limitações na forma como esse trabalho concebe tanto o patrimônio quanto a prática educativa. Demarchi (2018) aponta que o guia, embora tenha consolidado institucionalmente a expressão “educação patrimonial”, apresenta uma metodologia engessada, composta por etapas sequenciais – observação, registro, exploração e apropriação – que reduzem o processo educativo a uma prática reprodutora e a uma valorização acriticamente imposta de determinados bens culturais, muitas vezes desvinculados da realidade das comunidades envolvidas. Scifoni (2017) corrobora essa crítica ao mostrar que o guia adota uma noção de patrimônio cristalizada, vinculada a formas consagradas e a uma lógica de conservação técnica, apagando os conflitos e disputas simbólicas que permeiam os bens culturais. Tolentino (2016) amplia esse olhar ao destacar cinco falácias recorrentes na prática da EP, como a ideia de que basta conhecer um bem para automaticamente valorizá-lo, ou a confusão entre EP e atividades turísticas ou de entretenimento.

Nesse sentido, a reorientação da EP exige uma virada epistemológica que valorize o caráter político, dialógico e situado dessa prática educativa (Scifoni, 2017). Autores como Tolentino (2019) e Demarchi (2018) propõem que o campo avance para além da mera reprodução de discursos hegemônicos sobre o patrimônio e passe a reconhecer o patrimônio como campo de disputas simbólicas, em que diferentes grupos sociais negociam significados, identidades e memórias.

Essa perspectiva exige uma prática pedagógica que escute e incorpore as vozes das comunidades, reconhecendo seus saberes e modos próprios de atribuir sentido aos bens culturais. Tolentino (2016; 2019), Scifoni (2017) e Demarchi (2018) propõem uma EP que considere os conflitos, os apagamentos e os silêncios do discurso patrimonial oficial, abrindo espaço para práticas emancipatórias e transformadoras. Com isso, repolitiza-se o campo, aproximando a EP de uma perspectiva de justiça social, interculturalidade e cidadania ativa.

Uma definição de EP que busca atender essas considerações e que vem sendo usada atualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é apresentada por Florêncio et al. (2014), que a define como um processo educativo, formal ou não formal, que utiliza o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, visando o reconhecimento, a valorização e a preservação desse patrimônio. Segundo os autores, os processos educativos devem ser pautados no diálogo e na construção coletiva e democrática do conhecimento, entre os vários agentes culturais e sociais.

As autoras Alves, Brando e Menezes (2015) apontam que a metodologia da EP deve buscar qualificar as formas de perceber, ler e intervir no mundo a partir do patrimônio, conectando os bens culturais produzidos pela sociedade de forma geral. Para as autoras, EP não se limita a um passo a passo rígido de observação, registro, exploração e apropriação de patrimônios já consagrados, mas se caracteriza pela análise crítica dos bens culturais, relacionando o patrimônio salvaguardado com diferentes grupos sociais que o produziram, também pontuado por Demarchi (2018).

A difusão de arquivos visa expandir os seus usos, potencializar o acesso aos documentos e às informações, ampliar o contato com a sociedade, fortalecer a razão primária da sua existência e evidenciar a sua relevância (Vieira; Silva, 2014; Rodrigues; Gomes, 2021). Como vimos, muitas ações em arquivos públicos, sejam municipais, estaduais ou federais, podem contribuir com essa construção de memórias e identidades, porque conservam documentos relativos às histórias das instâncias estatais que representam. Mas quando pensamos em arquivos particulares, no caso dos arquivos pessoais, como articular essas relações de pertencimento a partir de acervos que são de outras pessoas?

A difusão pode ser de três formas, dependendo do seu objetivo: 1) educativa, quando as ações que promovem o acesso aos documentos custodiados visam potencializar a experiência do sujeito por meio da aprendizagem; 2) editorial, quando o objetivo é divulgar o acervo, as atividades e os serviços do arquivo por meio de publicações – livros e periódicos; e 3) cultural, quando há desenvolvimento de projetos culturais que tornam o arquivo conhecido e acessível à população em geral. Nem toda difusão cultural é educativa, pois seu objetivo primeiro pode não ser a aprendizagem (Bellotto, 2004).

Assim, a relação entre EP e difusão de arquivos vai além da simples divulgação de documentos; ela implica a construção de sentidos que fomentem a consciência crítica sobre o patrimônio cultural. A difusão, nesse contexto, não se limita a tornar o acervo acessível fisicamente, mas busca promover

interpretações que despertem o pertencimento, a cidadania e a preservação ativa (Tolentino, 2019). Como destacam Rodrigues e Gomes (2021), a difusão de arquivos deve estimular não apenas a ideia de preservação, mas também o reconhecimento crítico dos processos históricos que configuram a identidade coletiva. No entanto, essa prática enfrenta desafios como a necessidade de traduzir tecnicamente os acervos para públicos diversos, superar barreiras de acesso e combater a exclusão de narrativas, exigindo ações educativas que sejam efetivamente democratizadoras do patrimônio (Scifoni, 2017; Demarchi, 2018; Tolentino, 2019).

Análises vindas da educação museal também podem enriquecer o debate relacionado à difusão de arquivos como prática transformadora. Inspirado na ideia freireana de “tema gerador”, Ramos (2004) defende o uso de “objetos geradores” para transformar o museu em um espaço dinâmico de diálogo e descoberta. Os objetos, ao invés de serem meros artefatos estáticos, tornam-se geradores de reflexão, questionamento e construção de conhecimento, na medida em que o contato com eles pode e deve levar os sujeitos a estabelecerem conexões entre passado e presente, a partir das transformações observadas nas formas de produzir, utilizar, descartar e atribuir valor e significado a esses objetos. Afinal, como propõe esse autor, “conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente” (Ramos, 2004, p. 21).

Igualmente inspirado em Paulo Freire, Demarchi (2018) propõe a ideia de “patrimônio gerador” como aquele que contribui para a construção coletiva do inventário cultural, a partir das referências da própria comunidade, promovendo o diálogo, o estranhamento crítico e a pluralidade de significados. Nesse contexto, pensando nos arquivos como objetos ou patrimônios geradores, eles deixam de ser estáticos e se transformam em um elemento interativo e formativo. Nessa abordagem, pode-se desenvolver atividades práticas, com manipulação de réplicas documentais, leitura de fontes históricas em grupo, crítica orientada ao contexto de produção dessas fontes ou até mesmo a criação de narrativas pessoais inspiradas nos arquivos, favorecendo o desenvolvimento do senso crítico e da capacidade de análise dos educandos.

Diante desse potencial crítico e formativo, pode-se sublinhar ainda o uso de arquivos como instrumento relevante na construção de memórias coletivas – um antigo conceito da sociologia francesa que nos ajuda a compreender melhor a ideia de patrimônio como campo de disputa. Em 1925, Maurice Halbwachs cunhou o conceito de “memória coletiva” em oposição à abordagem psicologizante, corrente até então, que concebia a memória como um ato

individual. Para Halbwachs, a memória é um fato social, já que, para recordar, os indivíduos precisam formular e/ou expressar suas lembranças por meio de ideias e palavras – convenções sociais que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente social (Casadei, 2010).

O historiador Marc Bloch, por sua vez, ressaltou que a memória coletiva, longe de ser um fenômeno natural e contínuo que retém o passado de maneira viva, precisa ser transmitida entre as gerações para que se mantenha ativa – afinal, “para que um grupo social se ‘recorde’, não basta que seus diversos membros conservem traços do passado do grupo; é preciso também que essas lembranças sejam transmitidas aos mais jovens” (Vidal, 2007, p. 8). A memória coletiva é, portanto, um processo de construção.

Por ser um fenômeno comunicacional, a memória social, para Bloch, também está sujeita a “falhas de comunicação”, estando, portanto, suscetível a erros de transmissão, mal-entendidos, ou mesmo distorções conscientes do passado (Casadei, 2010). No entanto, mais importante que determinar se uma lembrança é ou não fiel ao passado, é compreender as razões e estratégias utilizadas para sua transmissão. Isso significa que a memória de um grupo fala mais sobre o seu presente do que sobre o seu passado, visto que é forjada a partir de uma intenção, uma necessidade colocada no presente sobre o que é relevante lembrar ou esquecer (Vidal, 2007; Casadei, 2010).

O campo da memória coletiva é, portanto, um espaço de disputas entre projetos sociais diferentes. Nesse sentido, o acesso a arquivos pessoais pode contribuir para o que Vidal (2007, p. 10) chamou de “reposicionamento da memória coletiva” – uma espécie de reajuste na maneira como o grupo entende seu próprio passado. Afinal, os arquivos pessoais podem apresentar novas sensibilidades, formas alternativas de ver, pensar e se relacionar com o mundo, formas essas diluídas, subordinadas ou mesmo apagadas pela memória coletiva dominante.

No caso de projetos de EP baseados em arquivos de ambientalistas, por exemplo, o contato de educandos, pesquisadores e público em geral com sua forma de pensar e cuidar do mundo natural pode contribuir para o reposicionamento de memórias sociais identificadas com uma relação de uso inconsequente da natureza, que só a reconhece como sinônimo de “recursos naturais” passíveis de exploração e/ou descarte, como se não existissem outras possibilidades de pensar e viver na/com a natureza.

Contudo, para alavancar essas potencialidades é necessário identificar as dificuldades e traçar ações para superá-las, tendo em vista que o trabalho educativo em arquivos públicos ainda é recente ou inexistente na maior parte das instituições no Brasil (Vieira; Silva, 2014; Alves; Brando; Menezes, 2015;

Parrela, 2015). Parrela (2015), Scifoni (2017) e Demarchi (2018) destacam que há um longo caminho a ser percorrido para qualificar os trabalhos nessa área, o que inclui a realização de análises críticas, a disseminação de metodologias e o fortalecimento do diálogo com os diferentes atores envolvidos.

Parrela (2015) ressalta ainda que as universidades, mesmo formando arquivistas, historiadores e professores, frequentemente deixam de discutir as relações entre pesquisa e educação em espaços privilegiados como os arquivos. Esse cenário evidencia a necessidade de uma articulação mais sólida entre a teoria e a prática no contexto da EP. Por outro lado, embora a difusão seja reconhecida como uma das funções fundamentais da arquivística, ela ainda não é tratada como prioridade nos arquivos públicos estaduais do Sudeste do Brasil (Silva, Gomes, 2023).

Para aproximar os arquivos da comunidade escolar, é preciso direcionar ações de difusão arquivística e de EP aos professores, que são multiplicadores do conhecimento dentro da escola. De nada adianta produzir material didático para os alunos se os professores desconhecem as possibilidades de ensino por meio do patrimônio cultural da cidade (Calil; Perez, 2015). A formação dos profissionais da área precisa ser revista, com o objetivo de desenvolver competências direcionadas a explorar as possibilidades educativas dos arquivos, criando novas identidades profissionais (Rodrigues; Gomes, 2021).

Outro ponto a ser considerado é o público-alvo dos projetos de EP, pois isso determina as estratégias a serem empregadas. Parrela (2015) identificou que alguns grupos sociais são pouco explorados em ações educativas dos arquivos, como é o caso dos idosos, que podem se interessar por pesquisas genealógicas familiares ou por lembrar lugares e momentos por meio de fotografias antigas.

A propósito da necessidade de mais investimentos na formação de profissionais, tanto daqueles que atuam nas escolas quanto dos que trabalham em instituições arquivísticas, é preciso superar a prática corriqueira da chamada “monumentalização dos documentos”, isto é, a postura acrítica de conceber o documento como espelho fiel da realidade. Segundo Koyama (2012), é muito importante apresentar o contexto de produção do documento, observando quem o criou, como e para que, além de destacar que a chegada dessa fonte ao nosso presente é fruto de escolhas e recortes nada fortuitos.

Outro aspecto a se pensar sobre o uso dos arquivos é a dificuldade de acesso, já que existem desigualdades no acesso dos alunos a aparelhos eletrônicos e internet, o que dificulta a participação em atividades virtuais, por exemplo (Garrido, 2022). Além disso, as atividades de difusão, em muitos casos, são voltadas para profissionais da área, como arquivistas e historiadores, e não

para o público leigo, mantendo o arquivo como um espaço restrito a uma parcela da sociedade (Silva; Gomes, 2023). Ademais, é importante pensar na acessibilidade para a inclusão, a adequação física dos arquivos para receber o público e desenvolver suas ações educativas e culturais.

Investir mais na formação de arquivistas e educadores em EP significa, entre outras estratégias, incluir conteúdos relacionados à mediação educativa e à valorização cultural nos currículos, enfatizando a conexão entre a preservação documental e a formação cidadã (Rodrigues, Gomes, 2021). Outro ponto fundamental é a criação de materiais educativos que explorem os documentos de forma contextualizada, respeitando a sua organicidade e as suas relações com os fundos e séries (Koyama, 2016). Inserido nessa teia de relações, o documento ganha mais densidade interpretativa, apresentando-se como uma peça do todo que reflete contextos históricos, políticos e culturais. Isso requer não apenas criatividade no desenvolvimento dos materiais, mas também uma abordagem didática que destaque como os documentos interagem entre si e como sua estrutura pode ser usada para contar histórias de maneira crítica, atraente e acessível.

Adicionalmente, é preciso estimular a pesquisa e a investigação por parte dos alunos, em vez de propor leituras prévias ou percursos predefinidos (Koyama, 2016). Fomentar a pesquisa ativa coloca os alunos como protagonistas do aprendizado e desperta sua curiosidade. Aprendizagem baseada em problemas pode ser usada para que os estudantes explorem acervos e desenvolvam narrativas ou soluções. Essa abordagem estimula habilidades críticas e criativas, reforçando a conexão entre o passado e o presente. Atender à ideia de “objeto gerador” de Ramos (2004) ou à de “patrimônio gerador” de Demarchi (2018) pode ser também um caminho, tendo em vista a ideia crítica, transformadora e cheia de significados na qual a educação proposta por Paulo Freire se estrutura.

Ainda sobre isso, projetos comunitários são fundamentais para que os arquivos se tornem espaços de interação social. Assim, se faz pertinente desenvolver projetos educativos que envolvam a comunidade, valorizando a diversidade cultural e as memórias individuais e coletivas (Vieira; Silva, 2014; Calil; Perez, 2015; Cavalheiro, 2018). Isso pode incluir oficinas com famílias, colaborações com escolas e iniciativas para coletar histórias orais ou outros materiais que ampliem os acervos com perspectivas locais e inclusivas. A diversidade cultural e as memórias coletivas enriquecem o patrimônio documental e promovem a cidadania. A seguir, mostraremos algumas atividades desenvolvidas pelo AHC-INMA que ilustram esse aspecto.

Essas orientações culminam na necessidade dos arquivos de ampliar a discussão sobre a importância da EP e de realizar ações sistemáticas e contínuas (Vieira; Silva, 2014; Parrela, 2015), o que exige planejamento estratégico e políticas públicas de longa duração. Fóruns de discussão, publicações especializadas e eventos acadêmicos podem fortalecer o debate e sensibilizar gestores e formuladores de políticas para a implementação de ações permanentes. A articulação com universidades e associações profissionais é um passo importante para consolidar essa agenda. Ao superar esses desafios, é possível transformar os documentos arquivísticos em ferramentas poderosas para a educação, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados com a sua história e o seu patrimônio cultural.

### **Arquivo de História da Ciência do Instituto Nacional da Mata Atlântica, a educação patrimonial e o jogo de escalas de atuação**

Esta seção está destinada para a apresentação do Arquivo de História da Ciência do Instituto Nacional da Mata Atlântica (AHC-INMA), abordando um pouco do seu histórico e sua institucionalização, assim como as ações que foram desenvolvidas na perspectiva da difusão de arquivos, e discutindo seu potencial como bem cultural.

A linha de pesquisa de história da ciência no INMA é recente, tendo começado a ganhar espaço a partir do projeto “Rede de compartilhamento de dados e divulgação da Mata Atlântica no estado do Espírito Santo” (Rima), em 2018. A partir de 2019, ela passou a ser desenvolvida no âmbito do Programa de Capacitação Institucional (PCI), com o subprojeto “Arquivos históricos e produção científica sobre a Mata Atlântica e a conservação da natureza no Brasil: organização, análise e difusão da informação”. No ciclo do PCI-INMA (2019-2024), um dos principais objetivos daquele subprojeto foi criar um centro de documentação de acervos de cientistas e de instituições ligadas aos estudos sobre a Mata Atlântica e aos cuidados com a natureza.

De maneira geral, essa linha de pesquisa vem se dedicando à captação, ao tratamento arquivístico e à disponibilização de fontes documentais que contemplem história da ciência, história ambiental, ciências biológicas e conservação da natureza, bem como à produção de pesquisas historiográficas baseadas nessas fontes (Gonçalves, 2023).

Desde então, o INMA vem dando destaque cada vez maior aos seus arquivos históricos, incorporando à sua missão de fomentar a produção, síntese e difusão do conhecimento científico para a conservação, restauração e uso sustentável da

biodiversidade na Mata Atlântica as tarefas de formar, manter e disponibilizar acervos científicos e documentais relacionados à pesquisa biológica e ao conhecimento da história e da conservação e Mata Atlântica (INMA, 2023).

A preservação de arquivos pessoais de cientistas e conservacionistas é fundamental para a compreensão da história da ciência e da conservação, especialmente no que diz respeito à Mata Atlântica. Esses documentos não apenas guardam vestígios do passado, mas também contribuem para a construção de identidades sociais e o fortalecimento de discursos voltados à responsabilidade ambiental (Gonçalves, 2023).

Os arquivos pessoais representam testemunhos valiosos da vida e obra de indivíduos, permitindo a reconstrução de suas trajetórias e a transmissão de conhecimentos culturais (Bellotto, 2006). Além disso, constituem fontes únicas para a história da ciência, oferecendo informações que não se encontram em publicações formais, como os desafios enfrentados, as redes de apoio estabelecidas e os contextos sociais e políticos em que esses projetos foram desenvolvidos (Gonçalves, 2023). Segundo essa mesma autora, esses registros ajudam a desmistificar a ciência, demonstrando que ela é resultado de processos humanos inseridos em contextos históricos e sociais, e não uma entidade autônoma e desvinculada da realidade.

No caso da Mata Atlântica, bioma extremamente ameaçado e com remanescentes reduzidos, a preservação e organização desses arquivos tornam-se ainda mais estratégicas. Registros históricos do passado recente são essenciais para ampliar o acesso público a informações que favoreçam a conscientização e a proteção desse ecossistema. O INMA desempenha um papel crucial nesse processo ao custodiar memórias da ciência e da conservação da Mata Atlântica, consolidando sua própria identidade institucional e promovendo ações educativas e de sensibilização ambiental (Gonçalves, 2023).

Ademais, a disponibilização desses arquivos para consulta pública não beneficia apenas pesquisadores, mas também estudantes e o público em geral, servindo como recurso didático para ensinar história de forma dinâmica e reflexiva. A análise desses documentos permite compreender, por exemplo, os aspectos históricos e políticos que levaram à criação de dispositivos legais de proteção da Mata Atlântica, um processo que coincide com a redemocratização do Brasil e a crescente organização da sociedade civil para reivindicar medidas ambientais (Gonçalves, 2023).

Atualmente, o AHC-INMA possui seis arquivos – cinco pessoais e um institucional, a saber: o arquivo Augusto Ruschi (AAR), patrono da ecologia do Brasil; Arquivo Ademar Coimbra-Filho (ACF), “pai” da primatologia brasileira;

Arquivo Alvaro Aguirre (AAA), pioneiro da conservação do muriqui (*Brachyteles* sp.); Arquivo Ibsen de Gusmão Câmara (AIC), pioneiro da conservação de ambientes marinhos; Arquivo Alceo Magnanini (AAM), um dos principais responsáveis pelo Código Florestal de 1965; e Arquivo do Museu de Biologia Professor Mello Leitão (AMBML), o primeiro instituto de pesquisas biológicas do Espírito Santo.

Este último fundo está no início da organização e do tratamento arquivístico. O Museu de Biologia Professor Mello Leitão (MBML) foi criado no dia 26 de junho de 1949 pelo naturalista Augusto Ruschi como um instituto particular de pesquisa científica pura e aplicada sobre fauna e flora do Brasil, com destaque para o Espírito Santo e o município capixaba de Santa Teresa. Após 34 anos como instituição privada, em dezembro de 1983, o MBML passou a fazer parte do patrimônio público, vinculando-se primeiro à Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e, depois, ao Iphan. Com a lei federal n. 12.954, sancionada em 5 de fevereiro de 2014, o museu foi transferido para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tornando-se a sede do INMA (Gonçalves, 2019; MCTI, 2021).

Uma das primeiras ações educativas realizadas com esses arquivos foi apresentada por Gonçalves (2023), que relata uma atividade desenvolvida no parque zoológico do MBML durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2022. Consistia em um circuito histórico que explorava a conexão entre a vida de Augusto Ruschi, a fundação do MBML e a criação do INMA. A exposição contou com reproduções de documentos de arquivo, como fotografias e ilustrações, dispostas ao longo das alamedas do parque, integrando-se ao ambiente natural. A proposta visava estimular os visitantes a refletir sobre os elementos que compõem esse “museu vivo”, promovendo um diálogo interdisciplinar entre historiadores, biólogos, designers e artistas plásticos, com base na documentação do AAR. A execução contou com a parceria do laboratório de práticas urbanas Cidade Quintal. Nesse trabalho a autora destaca também que, embora essas iniciativas ainda sejam incipientes e informais, devido à ausência de um setor específico para ações educativo-culturais, elas despertaram o interesse de agentes públicos ligados à educação patrimonial e incentivaram o INMA a investir nessa área.

Com todo esse material em mãos, uma maneira que a equipe de História da Ciência do INMA encontrou para estabelecer relações mais próximas entre arquivo e sociedade foi a EP, o que incentivou a criação do grupo de pesquisa História, Patrimônio e Cidadania em setembro de 2023. A criação do grupo também é uma iniciativa para atrair pesquisadores interessados na

temática e dispostos não apenas a debater questões teórico-metodológicas, mas em desenvolver atividades, processos ou produtos voltados a ações educativas a partir dos arquivos. Adicionalmente, essa iniciativa visa provocar, internamente, a estruturação de um setor de difusão educacional e cultural do AHC-INMA, com linhas de atuação mais efetivas, regulares e organizadas.

Outra experiência que merece destaque foi a 3ª Semana da Mata Atlântica de Santa Teresa (ES), na qual foi apresentado o circuito científico-cultural Memórias, Saberes e Fazeres na Mata Atlântica. Nele, a equipe do INMA expôs ao público a relação entre os trabalhos do cientista Augusto Ruschi e as pesquisas atualmente desenvolvidas na instituição, sendo uma delas a organização do arquivo pessoal de Ruschi.

Para a realização da atividade, o primeiro passo foi a apresentação dos documentos e assuntos existentes no AAR para os pesquisadores do próprio INMA. Depois disso, esses pesquisadores, juntamente com demais servidores e funcionários do instituto, definiram quatro estações temáticas para nortear a elaboração das atividades: insetos, bromélias, morcegos e beija-flores. Foram, então, selecionados um coordenador para cada estação e iniciada a concepção da expografia. Em seguida, o setor de arquivo identificou as demandas de cada grupo, digitalizou e compartilhou os documentos desejados (cartas, ofícios, pranchas, artigos, reportagens e fotografias).

O evento foi realizado de 24 a 27 de maio de 2024 no parque do MBML, e incluiu a abertura solene no dia 24, à noite, e, entre 25 e 27, das 8 às 17 horas, o circuito ficou aberto à visitação. Na estação “Jardim das bromélias”, o público pôde conhecer a diversidade dessas epífitas, muito relacionadas às pesquisas de Ruschi, conforme ilustrado por meio de aquarelas pertencentes ao AAR, produzidas entre os anos de 1953-1954 pelo ilustrador científico alemão Rudolf Wolff. Além da apreciação estética, os participantes puderam se divertir em uma caça às bromélias no jardim rupestre do museu e observar microrganismos no microscópio.

A estação “Após o crepúsculo: a vida noturna dos morcegos” foi montada em três partes: 1) banners de história, contando a respeito das pesquisas de Ruschi sobre quirópteros e raiva bovina nas décadas de 1950-1960; 2) tenda escura, simulando uma caverna, uma atividade imersiva (com lanternas), na qual os visitantes deveriam identificar diferentes itens; 3) mesa expositiva, composta por flores, frutos, insetos, peixes e pererecas e uma anta taxidermizada para representar a diversidade alimentar dos morcegos (nectarívoros, frugívoros, insectívoros, carnívoros e hematófagos). Além de estar decorada com cinco móveis, produzidos com fotos e pranchas em nanquim da estrutura cranial e externa de diferentes grupos de morcegos, desenhadas por Rudolf Wolff.

A estação “Descobrimo os encantos dos insetos” trouxe a relação de Ruschi com o grupo zoológico, iniciada na sua infância, montando caixas entomológicas de maneira experimental, e evoluiu para o apoio institucional dado a entomólogos como Keith Brown Junior e Luiz Otero. Essa estação exibiu coleções entomológicas do INMA e colmeias de abelhas-sem-ferrão, discutindo a importância dos polinizadores para a Mata Atlântica e da participação dos cidadãos nas pesquisas atuais, por meio da ciência cidadã.

A estação “Asas velozes”, destacou a contribuição de Ruschi para o desenvolvimento da fotografia ultrarrápida de beija-flores em movimento, realizada em parceria com Crawford H. Greenewalt no MBML, entre os anos 1950-1970. Nessa estação, montada bem ao lado dos bebedouros dos beija-flores, os visitantes puderam observá-los e conhecer mais sobre a espécie, além de fotografá-los. A Semana da Mata Atlântica de 2024 recebeu 1.650 visitantes com muita interação e conhecimento científico e histórico.

A experiência se mostrou muito proveitosa para que os próprios pesquisadores do INMA conhecessem o AAR, evidenciando o potencial que atividades de popularização da ciência têm em promover o fortalecimento de relações interinstitucionais. Do outro lado, o público se mostrou envolvido e aberto à troca de conhecimentos e experiências, manifestada em interações espontâneas, questionamentos sobre os documentos apresentados e compartilhamento de memórias e histórias pessoais relacionadas à Mata Atlântica e à história local.

Uma terceira atividade foi promovida pelo AHC-INMA no âmbito da 22ª Semana Nacional dos Museus, chamada “Abrindo o baú de memórias do Ruschi”, que também integrou a programação da Semana da Arte de Santa Teresa. A ação surgiu a partir do projeto de documentário “Nos arquivos de Ruschi”, contemplado pela Lei Paulo Gustavo de Incentivo à Cultura, em edital organizado pela Prefeitura de Santa Teresa (ES), um curta-metragem que visa divulgar o arquivo pessoal de Augusto Ruschi, destacando suas múltiplas facetas por meio de entrevistas, documentos, fotografias, cartas e registros audiovisuais inéditos.

Nessa atividade, a comunidade local foi convidada a participar da exibição de um filme inédito em super-8, que retrata cenas festivas de Santa Teresa. Inicialmente, especulamos que o registro havia sido gravado entre 1968 e 1971. Durante a exibição, os visitantes ajudaram a identificar pessoas que apareceram em cena, sendo a maioria delas moradores antigos da cidade. A cada identificação, o filme era pausado para anotações detalhadas, como nomes, minutos correspondentes e informações adicionais.

Meses após essa exibição, ao rememorar e relacionar momentos da própria vida com as pessoas reconhecidas naquelas imagens do passado, uma das participantes mais ativas afirmou que o referido filme fora gravado em 1968, por ocasião da festa da padroeira da cidade. Desse modo, além de momentos emocionantes, o “Abrindo o Baú do Ruschi” gerou uma excelente oportunidade de participação comunitária na construção de conhecimentos históricos.

Mais do que promover o contato do público com o patrimônio científico e cultural, a iniciativa reforçou o senso de pertencimento da comunidade ao seu legado histórico. Os participantes demonstraram envolvimento, sugerindo edições personalizadas do material para exibição em suas casas e expressando emoção ao reconhecer pessoas e momentos significativos de suas memórias afetivas. Essa atividade resultou em uma nova demanda de exibição do filme, mas dessa vez na residência de moradores da cidade de Santa Teresa para um grupo de amigos(as). A dinâmica da atividade foi a mesma.

No entanto, além de revisitar as memórias individuais e coletivas, o encontro abriu novas perspectivas para a compreensão crítica da história local, especialmente no que diz respeito à construção da identidade cultural de Santa Teresa. Inspiradas pelas reflexões que emergiram, as discussões tocaram em questões como a “invenção” da identidade italiana da cidade, problematizada por uma das participantes, que aponta como certos discursos de memória foram selecionados e reforçados em detrimento de outras histórias e outros pertencimentos. Nesse sentido, a atividade demonstrou o potencial do arquivo como agente não apenas de preservação, mas também de questionamento das narrativas hegemônicas, abrindo caminhos para a construção de memórias coletivas mais plurais, críticas e inclusivas.

Além de tornar a documentação mais acessível para a comunidade local, os pesquisadores e pesquisadoras do AHC-INMA têm trabalhado para atender também à comunidade escolar. Entre outras ações, destacamos a realização de aulas no arquivo, com a apresentação de documentos e objetos pessoais de cientistas para turmas de ensino médio e de graduação, nas quais tem sido problematizada a importância das fontes primárias para a construção do conhecimento histórico, bem como a possibilidade de diferentes leituras do passado a partir delas.

Diante do cenário em que aproximadamente 70% da população brasileira habita o bioma Mata Atlântica (Filho, 2016; Agência Gov, 2014; MapBiomas, 2021), surge o desafio de ampliar a atuação do AHC-INMA para além do âmbito local, alcançando diferentes escalas geográficas e sociais. As iniciativas já desenvolvidas, embora marcadas por criatividade e impacto significativo em Santa Teresa, evidenciam a necessidade de ampliar estratégias que integrem as

premissas da EP: o fortalecimento de identidades, a valorização de memórias plurais, o cultivo do pertencimento e a promoção de diálogos interculturais. Essa expansão é essencial para formar indivíduos críticos e engajados na preservação dos 30% remanescentes da cobertura original da Mata Atlântica.

Com isso, voltamos às estratégias de pesquisa e atuação desenvolvidas pelo grupo de pesquisa História, Patrimônio e Cidadania. Esse grupo tem como objetivo desenvolver metodologias inovadoras para difundir arquivos científicos de forma acessível, democratizando o conhecimento científico e engajando um público o mais amplo possível na preservação da Mata Atlântica. Um dos primeiros projetos desenvolvidos foi a confecção do roteiro piloto para um podcast, que pretende explorar temas ambientais e culturais em escala nacional, utilizando documentos históricos do arquivo e entrevistas realizadas por meio da história oral.

Esse episódio piloto aborda a descoberta de uma nova espécie de roedor em 1973 no Espírito Santo, que resultou na descrição de um novo gênero, o *Abrawayaomys ruschii* (Cunha & Cruz 1979). Por meio dele, são narrados os bastidores da descoberta, desde a captura do rato até a descrição da espécie em 1979, discutindo aspectos relacionados à taxonomia, biologia e história, tais como os protocolos científicos convencionados para dar nome às diferentes espécies. Trata-se de um trabalho que mostra a complexidade de unir documentos tradicionais e testemunhos orais, revelando o caráter profícuo da aliança entre história da ciência e história oral (Weiner, 1988; Merchant, 2019), principalmente quando esta permite que transcrições e gravações sejam desdobradas em diferentes produtos, acessíveis não apenas a historiadores, mas também ao público em geral.

As entrevistas de história oral exploram a escala micro das vivências dos narradores e seus testemunhos, articulando-as com dimensões macro, como a relevância da pesquisa científica para a conservação, a sustentabilidade e o papel da Mata Atlântica na construção das identidades brasileiras. Dessa forma, os pesquisadores não apenas iluminam narrativas individuais, mas também as conectam a questões amplas — reverberando em contextos sociais, ambientais e até globais.

Ao examinar documentos históricos, arquivos pessoais e registros orais, é possível construir narrativas que conectam a história da ciência, a conservação da biodiversidade e a cultura local. Por exemplo, ao estudar a trajetória de cientistas como Augusto Ruschi ou eventos específicos, como a descoberta de novas espécies, é possível ampliar o entendimento sobre as práticas científicas, as interações sociais e os desafios enfrentados em diferentes contextos históricos.

Nessa ótica, a metodologia empregada no uso dos acervos do INMA guarda uma interessante analogia com o trabalho de um detetive, descrito por Carlo Ginzburg (1991). Assim como um investigador busca pistas em documentos aparentemente “irrelevantes”, a equipe do AHC-INMA tem se dedicado a identificar nos registros históricos os casos que, embora singulares, funcionam como indícios de uma realidade ainda não revelada, os quais nos mostram complexidades sociais e culturais que análises macro podem não apresentar.

Entre as estratégias para ampliar o alcance público do AHC-INMA em uma projeção futura, destaca-se a digitalização dos documentos sob sua custódia, o que facilita o acesso remoto e uso dos acervos da instituição e, simultaneamente, contribui para a preservação e valorização da Mata Atlântica. Mais do que uma simples transferência de suporte, a ideia de digitalizar o acervo busca promover um diálogo dinâmico entre passado e presente, permitindo que pesquisadores, estudantes e o público em geral se apropriem de documentos que evidenciam a relação intrínseca entre as comunidades, os indivíduos históricos e o bioma. Trata-se de ir além da salvaguarda documental (a qual também é imprescindível) para mostrar que a Mata Atlântica também é parte constitutiva (e constituinte) de um patrimônio imaterial que vincula história, memória individual e memória compartilhada.

Levamos em consideração o tempo presente em que o uso de tecnologias digitais para ações de difusão amplia significativamente o alcance das instituições arquivísticas e as fortalece na era da *big data*. Diante das novas possibilidades tecnológicas, é necessário fortalecer o papel dos arquivos enquanto instrumentos ativos de educação patrimonial e cidadania, os quais têm criado redes e portais conjuntos, utilizando mídias convergentes como vídeo, som, animação, jogos de computador e mídias sociais (Koyama, 2012; Jaccoud; Senna, 2017).

Nesse sentido, a produção de conteúdos digitais (Koyama, 2012; 2016; Jaccoud; Senna, 2017), como postagens para redes sociais e blogs, permitirá ampliar o alcance e a difusão do patrimônio arquivístico. Aqui, enxergamos a perspectiva macro da potencialidade do arquivo, que é a difusão para um público de dimensão nacional, e até mesmo global. Isso permite o contato com diferentes realidades, embora existam desigualdades de acesso a aparelhos eletrônicos e internet (Garrido, 2022).

Ademais, a digitalização e a disponibilização on-line dos acervos, quando realizadas de forma consciente e crítica (Ahnert et al., 2023; Guldi, 2023), podem servir à aplicação de técnicas avançadas de análise de dados, como mineração, inteligência artificial e visualizações interativas (Plotnikova; Dumas; Milani,

2020). Tais ferramentas, junto da digitalização dos acervos, têm o potencial de ampliar as possibilidades de investigação, elucidar conexões antes imperceptíveis e abrir novas frentes de trabalho que aprofundem a compreensão das dinâmicas históricas e socioambientais (Ahnert et al., 2023; Kilbride, 2024).

Como parte do PCI-5 estão o desenvolvimento e a ampliação da história oral, uma história oral digital (Douglas; Boyd, 2014; Erichsen; Alves, 2025; Nyhan; Flinn, 2016; Royles, 2016), que não apenas amplia e atualiza o fazer da história oral, mas também busca registrar de maneira abrangente as histórias de cientistas, moradores e comunidades tradicionais, iluminando a relação íntima entre os seres humanos e a Mata Atlântica ao conectar traços do passado com as demandas e realidades do presente (Erichsen, 2017).

O trabalho até aqui desenvolvido e os projetos em andamento posicionam o AHC-INMA como um agente relevante em iniciativas que unem preservação ambiental, patrimônio, educação, memória e história. Ao integrar conhecimento científico, práticas arquivísticas e saberes locais, não apenas atualizamos nossa atuação, mas também reforçamos o papel da Mata Atlântica como patrimônio biocultural, essencial para a identidade local, nacional e global. Em consequência dessas ações de difusão de arquivos, é possível caminhar para a valorização das instituições arquivísticas. A aproximação entre escolas, universidades e comunidades e o uso de arquivos e seus acervos nos processos de ensino-aprendizagem contribui também para o seu reconhecimento, tornando-as mais conhecidas e visíveis para a sociedade e os gestores públicos, consolidando seus papéis sociais (Alves; Brando; Menezes, 2015).

## Considerações finais

O AHC-INMA possui relevância emergente como setor crescente e promissor, com um papel fundamental na conservação da memória, na formação de identidades e na promoção da ciência e da cultura. Sua atuação dialoga com a conservação de bens culturais e naturais, oferecendo oportunidades únicas para a educação e a pesquisa. Ao mobilizar a educação patrimonial e a difusão de arquivos como referenciais conceituais, verificamos que o AHC-INMA amplia sua função para além da guarda documental, afirmando-se como espaço educativo e social.

Ao articular acervos documentais com práticas educativas, o arquivo pode contribuir para a formação de uma consciência cidadã e ambiental, valorizando a história e a biodiversidade da Mata Atlântica. Essa combinação de arquivos históricos com práticas de popularização científica realizadas pelo INMA apresenta-se como um modelo de educação patrimonial que pode inspirar outras

instituições a integrar memória e ciência em prol da conservação ambiental. Essas ações, além de facilitar o acesso ao conhecimento sobre a Mata Atlântica, incentivam a alfabetização científica e o combate à desinformação. O modelo do AHC-INMA destaca o potencial das atividades de popularização da ciência para fortalecer relações interinstitucionais e promover a conscientização sobre a relevância do bioma, servindo de referência replicável para outros contextos e biomas no Brasil.

Paralelamente às funções de guarda e educação, destaca-se a atuação do grupo de pesquisa História, Patrimônio e Cidadania, que visa, também, subsidiar e potencializar as iniciativas do AHC-INMA. A criação do grupo é recente, mas de grande importância, dada a necessidade de se dedicar ao assunto quando se pensa em uma ação que atenda a princípios da educação patrimonial. A EP, por se tratar de um processo intencional, envolve, além do patrimônio, uma imersão política e reflexiva, bem como aprofundamentos sobre identidade, memória, senso de pertencimento e cultura, contribuindo para uma formação mais crítica e integral dos indivíduos.

No contexto do AHC-INMA, essa abordagem adquire especial importância. O acervo do arquivo, constituído por documentos, fotografias, manuscritos e materiais de pesquisa relacionados à história da ciência e da conservação do bioma Mata Atlântica, oferece uma oportunidade singular para estimular a percepção crítica do patrimônio natural e cultural brasileiro. A partir da noção de memória coletiva, uma construção social, observa-se que a difusão desses arquivos não apenas populariza dados e conteúdo, mas também reconfigura narrativas históricas, reforçando identidades locais e coletivas. Essa prática, orientada por princípios da EP, pode proporcionar aos visitantes e usuários a compreensão de que a Mata Atlântica – enquanto patrimônio natural reconhecido pela Constituição Federal – é fruto de processos históricos naturais, políticos e sociais contínuos, que devem ser valorizados e apropriados com responsabilidade.

Portanto, ao promover atividades educativas que articulam documentos históricos, problematizações contemporâneas e reflexões sobre o futuro do bioma, o AHC-INMA contribui não apenas para a preservação da memória da ciência brasileira, mas também para a formação de identidades e sentidos de pertencimento, com base em uma visão crítica e transformadora do patrimônio. Desse modo, a articulação entre educação patrimonial, difusão de arquivos, memória coletiva e identidade – proposta conceitual que guiou este artigo – demonstra seu potencial para consolidar o AHC-INMA como instituição arquivista capaz de integrar memória, cultura, ciência e cidadania.

## Referências

- AGÊNCIA GOV, V. M. Mata Atlântica: história, desafios e inovações na preservação de um bioma vital. Brasília: Agência GOV, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202411/mata-atlantica-historia-desafios-e-inovacoes-na-preservacao-de-um-bioma-vital>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- AHNERT, R.; GRIFFIN, E.; RIDGE, M.; TOLFO, G. *Collaborative historical research in the age of big data: lessons from an interdisciplinary project*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- ALVES, C.; BRANDO, N.; MENEZES, V. Ação educativa e educação patrimonial em arquivos: a oficina “Resistência em arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos” no Apers. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 1, p. 9-27, 2015.
- BELLOTTO, H. Difusão Editorial, Cultural e Educativa. In: BELLOTTO, H. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 227-247.
- BELLOTTO, H. L. Arquivo e sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: CARVALHO, A. C. D. (org.). *Memória da saúde: desafios e possibilidades do trabalho em arquivos e museus*. Ribeirão Preto: FUNCEP-RP, 2006. p. 132-143.
- BELLOTTO, H. L. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. *Ciências & Letras: Revista da Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre: Fapa, n. 27, p. 151-166, jan./jun. 2000.
- BIAZZETTO, G. Educação patrimonial, patrimônio e memória: Conceitos construtores de cidadania e identidade. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6, p. 532-552, 2013.
- CABRAL, M. Memória, patrimônio e educação. *Resgate*, n. 13, p. 35-42, 2004.
- CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2012.
- CALIL, D. X.; PEREZ, C. B. O programa de educação patrimonial do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria pelo viés de ações direcionadas aos educadores. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 81-91, jan./abr. 2015.
- CASADEI, E. B. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 108, p. 153-161, maio 2010.
- CAVALHEIRO, M. U. Curadoria educativa em arquivos-museus literários: reflexões iniciais. *Archeion Online*, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 67-79, jan./jun. 2018.
- DEMARCHI, J. L. O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia básico de educação patrimonial. *Revista CPC*, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 140-162, jan./set. 2018. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p140-162>.
- DOUGLAS, A.; BOYD, M. A. L. (ed.). *Oral history and digital humanities: voice, access, and engagement*. [s.l.]: Palgrave Macmillan US, 2014.
- DUFF, W. M. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- ERICHSEN, L. Pontas de presente: Matadouro 5, memória e presente do passado. *Boletim Historiar*, v. 18, p. 3-20, 2017.
- ERICHSEN, L.; OLIVEIRA, A. J. A. Vozes conectadas: história oral no liminar do digital, no virtual e da pandemia. *Revista Brasileira de História Oral*, 2025. (no prelo).
- FILHO, L. F. F. Mata Atlântica: histórico e perspectivas. 2016. Trabalho Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- FLORÊNCIO, S.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOTE, R. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: [http://portal.iph.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducacaoPatrimonial\\_m.pdf](http://portal.iph.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf). Acesso em: 1 dez. 2024.
- GARRIDO, A. G. Os arquivos femininos do Cpdoc através da experiência do “Escola no Acervo”. *História e Cultura*, v. 11, n. 1, p. 119-136, jul. 2022.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1991.
- GONÇALVES, A. S. Arquivos pessoais de cientistas e conservacionistas: a experiência do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 229-246, 2023.
- GONÇALVES, A. S. *Augusto Ruschi: notas biográficas*. Santa Teresa: Comunicação Impressa, 2019.
- GULDI, J. *The trouble with text mining*. 2023. Disponível em: <https://blog.royalhistsoc.org/2023/03/14/the-trouble-with-text-mining-and-why-some-projects-take-a-long-time-and-future-projects-might-take-less-time/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

- HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.
- INSTITUTO Nacional da Mata Atlântica (INMA). Regimento interno do Instituto Nacional da Mata Atlântica: 2023. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 de maio 2023, Seção 1, p. 251. Disponível em: <https://repositorio.mcti.gov.br/handle/mctic/6404>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- JACCOUD, L. A. S.; SENNA, M. R. R. S. Jogos on-line na educação patrimonial: resultados preliminares. *Informações & Tecnologia (Ittec)*, Marília/João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 284-304, jul./dez. 2017.
- KILBRIDE, W. The Anthropocene remembered: digital memory after the climate crisis. *Digital Preservation Coalition*, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www.dpconline.org/blog/the-anthropocene-remembered-digital-memory-after-the-climate-crisis>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- KOYAMA, A. C. Acervos documentais on-line, práticas de memória e experiências educacionais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 74-88, jul./dez. 2016.
- KOYAMA, A. C. Educação patrimonial em arquivos on-line: narrativas em rede e seus tecidos. *Resgate*, vol. XX, n. 23, p. 7-17, jan./jun. 2012.
- MACHADO VIEIRA, M. S.; BARBOSA, J. B.; FREITAG, R. M. K.; BORGES, M. M.; MEDEIROS, A. L. S. Acervos de dados abertos à sociedade: memória, linguística e sociocultural e potencialidades de (re) uso. *Cadernos de Linguística*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2021.
- BRASIL revelado 1985-2020: as transformações na Mata Atlântica nos últimos 36 anos. *MAP Biomas*, 2021. 1 vídeo, (36 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LWm63jNbibo>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- MARTENDAL, F. F.; LEMOS, L. H.; VENTURA, R. A educação patrimonial para acesso à informação em arquivos e museus. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 498-513, ago./nov. 2017.
- MERCHANT, P. What oral historians and historians of science can learn from each other. *The British Journal for the History of Science*, Cambridge, v. 52, n. 4, p. 673-688, 2019.
- MINISTÉRIO de Ciências, Tecnologia e Inovação (MCTI). O INMA. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/rede-mcti/inma/acesso-a-informacao/institucional/o-inma>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- MOURA, L. E.; VAISMAN, P. S. Exposição: um instrumento para difusão cultural de acervos arquivísticos. In: ANDRADE, A. C. N. (org.). *Arquivos, entre tradição e modernidade*, v. 2. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 138-150.
- NYHAN, J.; FLINN, A. *Computation and the humanities: towards an oral history of digital humanities*. Cham: Springer International Publishing, 2016.
- OLIVEIRA, A. F. B. O aprendizado da história por meio do patrimônio cultural. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 23, n. 1, p. 19-33, jan./mar. 2022.
- PARRELA, I. D. Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 107-116, jan./abr. 2015.
- PLOTNIKOVA, V.; DUMAS, M.; MILANI, F. Adaptations of data mining methodologies: a systematic literature review. *PeerJ Computer Science*, v. 6, p. e267, 2020.
- RAMOS, F. R. L. *A danoção do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.
- RODRIGUES, F. S.; GOMES, P. R. Arquivologia e educação: múltiplas abordagens. *P2P & Inovação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 63-87, mar./ago. 2021. <https://doi.org/10.21721/p2p.2021v7n2.p63-87>.
- ROYLES, D. Teaching digital humanities with oral history: the staring out to sea oral history project and OHMS in the DH classroom. *The Oral History Review*, v. 43, n. 2, p. 408-420, set. 2016.
- SCIFONI, S. Desafios para uma nova educação patrimonial. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5-16, jan. 2017. <https://doi.org/10.12957/teias.2017.25231>.
- SILVA, L. C.; GOMES, P. R. Ações de difusão nos arquivos públicos estaduais do sudeste do Brasil. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2023.
- TOLENTINO, Á. B. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. *Revista CPC*, São Paulo, n. 27 especial, p. 133-148, jan./jul. 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp133-148>.
- TOLENTINO, Á. B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Á. B.; BRAGA, E. O. (org.). *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. Caderno Temático de Educação Patrimonial n. 5. João Pessoa: Iphan, 2016, p. 39-48.
- VIDAL, L. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 3-13, 2007.

VIEIRA, F. A.; SILVA, J. A. Educação patrimonial em arquivo: uma iniciativa no departamento de arquivo e documentação da COC. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 87-101, jul./dez. 2014.

WEINER, C. Oral history of science: a mushrooming cloud? *The Journal of American History*, Bloomington, v. 75, n. 2, p. 548-559, 1988.

---

Recebido em 30/4/2025

Aprovado em 29/8/2025